

Retórica da renovação na política e escalada do conservadorismo nas eleições de 2018

A eleição se fez guerra

À semelhança do que tem ocorrido em outros pleitos, a campanha eleitoral de 2018 evidenciou a intransponível dificuldade de parte significativa do eleitorado para lidar com a complexidade das questões políticas no Brasil. Essa debilidade caracteriza não somente o cidadão menos habituado à reflexão aprofundada sobre os aspectos sociológicos de uma disputa eleitoral.

No discurso dos partidos políticos, nos programas de governo dos candidatos, na cobertura da mídia, e nas reações emocionadas que cidadãos publicaram em suas redes sociais adotou-se, quase sempre, a solução mais fácil: quando havia situações contraditórias, foi muito mais forte a tentação de se simplificar grosseiramente os problemas, mesmo nos momentos em que isso implicava ignorar ou comportar-se como se não existissem as partes da própria realidade que apareciam como mais inquietantes e inconvenientes.

Em várias circunstâncias, também a imprensa se viu em dificuldades para lidar com as inúmeras contradições, impossíveis de serem apagadas da realidade social e política. Em face da incompetência (ou da má fé) ao tentar explicar para o eleitor a complexidade dos problemas da vida cotidiana e das disputas políticas em curso, recorreu-se, na maioria das vezes a simplificações toscas.

As tentativas de apurar a veracidade de notícias fraudulentas (*Fake News*) expuseram a impotência do trabalho das empresas midiáticas e da própria Justiça Eleitoral. Os esforços de checagem dos fatos (*fact-checking*) perderam-se em corrigir dados pouco relevantes da fala de um ou outro candidato; perseguiram detalhes menores e até desprezíveis que haviam sido divulgados por uma ou outra campanha; consumiram esforços para explicitar o caráter calunioso de certas notícias das

quais, afinal, um eleitor de boa vontade seria capaz de pôr sob suspeita sem carecer, para isso, da ajuda de jornalistas profissionais.

A grande mídia brasileira não fez e – mesmo agora no período pós-eleitoral em que a liberdade de imprensa está sob tensão no país – segue não fazendo a autocrítica pelo papel a que ela se prestou nos últimos anos ao assumir um lado no espectro político-ideológico e até mesmo, em casos mais graves, por revelar pendores político-partidários. Sem analisar as questões políticas em profundidade, a própria instituição da imprensa encontra-se agora reduzida a um papel menor, padecendo de uma forte desconfiança por parte do cidadão minimamente engajado na discussão política. O caso mais emblemático é o da Rede Globo que é acusada de parcialidade tanto por militantes de esquerda como por aqueles de direita.

Outro caso a ser considerado é o papel das redes sociais. Sob a alegação de que informações, produtos e serviços estavam sendo ofertados sob a medida do interesse do usuário, a estrutura e o funcionamento dessas redes virtuais se tornaram parte do problema. O usuário recebe apenas a informação que lhe agrada. Concepções diferentes se tornam o inimigo a ser bloqueado, o contato a ser excluído, a “amizade” a ser desfeita. Formam-se “bolhas” em que a realidade – complexa e contraditória – não é mais percebida. O usuário – consumidor, produtor e reproduzidor do material que ali circula – arrisca-se a formar suas opiniões baseando-se apenas em uma visão parcial e reduzida dos fatos.

Tal como escreveu, em 1920, o crítico social norte-americano Henry Louis Mencken, “para todo problema complexo, existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada”. Em outras palavras, a única forma de se simplificar uma questão complexa é deixar de lado uma parte

da realidade. O desafio é compreender tal questão sem reduzi-la, sem omitir os aspectos que não se conformam com as vontades de quem está analisando.

Questões complexas são, necessariamente, portadoras de inúmeras faces e passíveis de interpretações divergentes. Costumam abrigar contradições em razão das quais algo pode ser simultaneamente verdadeiro e falso, a depender do aspecto que se considera em dado momento. Dessa maneira, o sujeito enfrenta a dificuldade de admitir que um dado partido político de sua preferência pode ter feito importantes contribuições para o país, mas, ainda assim, ter incorrido em faltas gravíssimas. Um candidato preferido e afinado com as tendências ideológicas de um dado eleitor pode ter ideias inadmissíveis, do mesmo modo que um candidato adversário pode ter algo a ensinar.

A retórica do “novo” na política

Um dos discursos dominantes nesta campanha eleitoral foi o apelo ao “novo”. Essa palavra foi utilizada inclusive para dar nome ao partido (criado em 2011) que acabou ganhando a eleição para o Executivo em Minas Gerais. Utilizado por políticos, por militantes de todos os espectros e abundantemente repetido pela mídia o uso atual desse adjetivo exige, contudo, uma análise mais detida.

Mesmo pessoas bem-intencionadas clamaram por renovação, como foi possível verificar em toda sorte de discursos nas mídias, nos programas eleitorais e nas redes sociais. Frequentemente, intencionava-se expressar com esse discurso a necessidade de se elegerem pessoas que ainda não tenham ocupado cargos eletivos em mandatos anteriores. Pressentia-se uma certa naturalização pela qual se entendia que dado o simples fato de ainda não conhecerem os esquemas já consolidados nas máquinas do Legislativo e do Executivo, o novo político eleito estaria em melhores condições de expor-se menos à corrupção e de fazer escolhas mais favoráveis aos eleitores.

Tal expectativa, entretanto, não encontra qualquer fundamento na experiência brasileira. Historicamente, nenhuma mudança efetiva ocorreu no país até hoje pela simples troca dos políticos no

Análises políticas consistentes não admitem polarizações e reducionismos. O tratamento da disputa política como se fosse uma partida de futebol, em que necessariamente o outro time se torna um adversário a ser derrotado, projeta um clima de guerra no qual os combatentes perdem a capacidade de entender os acontecimentos sob o horizonte da História e tudo reduzem ao simplismo da oposição entre ganhadores e perdedores.

Pensando e agindo dessa forma, perde-se de vista que nenhuma eleição representa o fim da história. Haverá o dia seguinte e novos embates seguirão acontecendo. Tal mentalidade simplificadora marcou o período pré-eleitoral. Produziu-se a sensação de guerra instalada de todos contra todos, como se fosse possível categorizar a complexidade social e a diversidade política brasileira em dois polos que competem pela eliminação um do outro.

exercício dos mandatos. As circunstâncias em que há alguma exceção pontual estão ligadas a mudanças no perfil ideológico dos eleitos, seja mais à direita ou à esquerda. Em face disso, dado o perfil da legislatura que começará em 2019, tal como discutido a seguir, é praticamente consenso entre os analistas que essa esperança de renovação tem pouca consistência e possivelmente será frustrada outra vez.

Esse fenômeno se alinha com outra crença associada às eleições: a necessidade de se “conhecer o passado” dos candidatos. Esse é um mote que apareceu frequentemente no discurso midiático, mas que também foi reiterado em campanhas de formação política por toda parte, em especial por meio das redes sociais. Uma das críticas que vem sendo feitas a esse princípio é que ele teria um valor meramente didático e não teria nenhuma efetividade. De acordo com estudiosos que se dedicam a entender o processo decisório do eleitor ao definir em quem vai votar, nestas eleições, orientações desse gênero, quase sempre abstratas e genéricas, mostraram-se mais uma vez insuficientes.

Embora a caracterização do perfil do candidato em base de seu histórico pessoal ou de sua vida

pública possa, em algum momento, se tornar relevante, tal histórico por si só não é suficiente para compreender as amarras do dado político com esquemas e projetos escusos. Por vezes, o histórico do candidato aparece como irrepreensível ou mesmo chega a ser considerado um caso de sucesso no seu campo de atuação. No entanto, seu perfil social e econômico tem muito a dizer sobre a forma como ele concebe a sociedade, o papel do Estado e das políticas públicas.

Daí se infere que os dois critérios (história de vida e perfil socioeconômico) precisariam, talvez, estar combinados para se perceber a formação ideológica do candidato. Contudo, se o eleitor compartilha o mesmo ideário de um candidato, situações pontuais da história do candidato tendem a ser desconsideradas no processo de decisão eleitoral, mesmo se, no passado, o político tiver feito algo objetivamente grave. Tudo se relativiza em face da identificação ideológica do eleitor com o político por ele escolhido.

Complementa essa linha de raciocínio o fato de que o Brasil tem convivido há anos com um discurso que trata como inútil ou, nos melhores casos, como indiferente o partido político ao qual um candidato está filiado. Diz-se que o que interessa é a “pessoa” do candidato e não o seu partido. Completa-se esse raciocínio com uma condenação *a priori* de todos os partidos, como se nenhum prestasse e se fossem todos iguais. Formase então um protagonismo personalista, como se o candidato fosse uma espécie de salvador da pátria. Na contramão disso, o candidato opositor é encarado como um inimigo a ser pessoalmente combatido e, eventualmente, demonizado. Na longa campanha de criminalização dos políticos que vem sendo realizada no Brasil há anos, os partidos políticos levaram a pior e estão entre as instituições mais desprezadas no país hoje.

As manifestações de 2013 costumam ser lembradas como um marco da demanda pela renovação política por parte da população no Brasil recente. Aquele, porém, pode ter sido apenas um momento em que o descontentamento com a falta de uma efetiva representação social pelos políticos foi amplificado pela grande mídia.

A exigência de abertura das instâncias públicas que concretizam a democracia para uma maior e mais efetiva participação direta da sociedade já era um problema bem anterior a 2013. O discurso

midiático que ganhou as massas, no entanto, reduziu a questão a uma percepção difusa de que a renovação se faz por meio da eleição de pessoas que nunca tenham ocupado cargos eletivos. O problema da renovação aparece, então, bastante diminuído, como se se tratasse de uma questão meramente quantitativa. É em razão de tal mentalidade que, a exemplo do que sempre ocorre após as eleições, se multiplicam nas diferentes mídias as análises que pretendem avaliar em termos percentuais qual foi a taxa de renovação da política e, especialmente, das casas legislativas.

O discurso amplamente reforçado pela mídia segundo o qual “os partidos políticos não nos representam”; os sucessivos escândalos de corrupção; a investigação e punição seletivas desses escândalos; todos esses fatores levaram o senso comum a operar uma criminalização da política, que se consolida na sensação de que nenhum político presta e de que apenas pessoas desonestas se interessam pela política.

Essa percepção dá sinais de haver se tornado dominante na sociedade. É como uma resposta a esse quadro que se criou o fenômeno paradoxal do candidato que disputa uma eleição dizendo-se “antipolítico”. Os partidos políticos também tiveram de se adaptar às novas circunstâncias oferecendo candidatos que pudessem romper essa resistência do eleitorado. Além disso, eles têm de enfrentar também as regras de financiamento eleitoral mais restritivas que acabaram por garantir maior viabilidade aos candidatos já conhecidos pela população e, especialmente, aos candidatos mais ricos, capazes de financiar sozinhos sua participação na disputa.

É nesse contexto que se mostra vitorioso o discurso do “político empresário”, tendo como pilar a crença de que alguém que foi bem-sucedido na iniciativa privada e que se mostrou capaz de gerenciar negócios com sucesso será necessariamente bom “gestor” público. Evidentemente tal raciocínio só faz sentido quando se desconsideram as diferenças entre, de um lado, a criação e aplicação de políticas públicas universais e promotoras do bem comum e, de outro, a consecução do resultado positivo para uma empresa. Dessa forma, parece ficar despercebida a distinção de objetivos e dos meios a serem empregados diversamente nos setores público e privado.

Durante a última campanha, também se ouviu dizer que um político rico não precisaria se servir da máquina pública em benefício próprio. Esse raciocínio encontrou uma variante na promessa de que o governador e seu secretariado deixariam de receber seus salários até que as contas públicas estivessem sanadas ou, pelo menos, que receberiam pagamentos apenas quando todos os outros servidores públicos tivessem sido pagos. Esse tipo de argumento pode encontrar ressonância entre os eleitores menos informados e com menores recursos. Na prática, uma decisão como essa tem um impacto minúsculo, em termos percentuais, nas contas públicas. O efeito moral e eleitoral de tal proposta é bem maior do que sua real eficácia econômica. A economia que se fará deixando de pagar tais salários representa uma gota d'água no oceano das contas bilionárias que o Estado tem de pagar. Mesmo que o novo governador venha a cumprir essa promessa de campanha, o fato de não a discutir explicitamente faz dessa atitude uma medida meramente eleitoreira.

Entretanto, o principal argumento utilizado por esse tipo de campanha segue sendo a pretensão de apresentar-se como candidato “de fora” da política. Nesse sentido, o candidato-empresário é a encarnação do discurso antipolítico. Raramente o eleitor dá mostras de perceber que o eleito vai elaborar políticas em conformidade às ideologias do segmento social e econômico a que pertence. Nem sempre aquilo que é bom do ponto de vista de um grupo social é bom para todos os outros. Novamente, tornou-se difícil, nestas eleições, para o eleitor menos informado, dar conta dessas contradições.

Ainda que a renovação seja necessária, vai se mostrando necessário qualificá-la. Discutida em abstrato, a ideia da renovação na política pode deixar ocultas muitas distorções. Nestes últimos anos, diversos movimentos da sociedade civil começaram a se organizar com o alegado intuito de renovar a política. Boa parte desses movimentos se consolidaram junto a uma parcela da opinião pública exatamente por sustentarem o discurso da antipolítica.

Algumas lideranças daqueles movimentos que se notabilizaram em 2013 por se dizerem contrários aos partidos políticos disputaram as eleições agora e, portanto, estão filiados a partidos – ado-

tando, portanto, a mesma estrutura que criticaram e que reputavam como corruptas e desnecessárias.

Os partidos que tiraram proveito do discurso antipolítico priorizaram candidatos “novos”, isto é, pretensamente “de fora” da política. Uma parte deles se caracteriza por serem relativamente jovens e todos ostentaram a “bandeira da ética”. Fizaram uma campanha dificilmente contestável, na medida em que prometeram reduzir privilégios e acabar com a corrupção. A essa bandeira se acrescentou ainda o mantra neoliberal da eficiência. O Estado seria, sob tal ótica, como uma empresa, cujos problemas seriam sanáveis se fossem geridos por pessoas honestas e competentes.

O discurso é inatacável; sua implementação, porém, tende a ser bem mais complicada. Ele resulta da presunção de que todos os problemas do país se devem à perpetuação dos políticos tradicionais, supostamente adeptos da prática da corrupção e envolvidos com a proteção de interesses particularmente escusos. Contudo, parece ingenuidade supor que o novo eleito agirá, naturalmente, de forma diversa.

A suposição de que esse “novo” político produziria alguma renovação é apenas intuitiva. Não se baseia em estudos que avaliem se e em que medida as práticas dos novos eleitos para ingressar na política costumam ser realmente inovadoras. Graças a esse mesmo discurso, elegeram-se prefeitos em importantes capitais brasileiras em 2016. Parece inevitável constatar que eles não foram portadores da renovação que prometiam trazer para o mundo da política. Nos melhores casos, estão cumprindo suas funções institucionais. Nada se evidencia que possa justificar o uso que fizeram do “novo” em suas campanhas.

Também o desempenho parlamentar de políticos eleitos com o argumento de serem antipolíticos sugere justamente o oposto de qualquer renovação efetiva. O fato de ser jovem, empreendedor e de estar disputando um cargo eletivo pela primeira vez não parece garantir que, uma vez eleito, esse candidato não vá reproduzir a forma mais tradicional possível de se fazer política, adequando-se ao velho (e conhecido) modelo.

Até mesmo a suposição de que a taxa de renovação no Congresso é baixa não resiste a uma análise mais minuciosa. Ainda em junho de 2018, um estudo mostrava que uma minoria dos deputados

federais consegue se eleger por mais do que dois mandatos. Embora chamem a atenção os casos de deputados que se mantêm na Câmara há décadas, três quartos (75%) não conseguem se manter mais do que oito anos no exercício da função. Isso pode servir para problematizar a suposição de que o problema do Congresso seja a falta de “renovação”.

O discurso do político *outsider* – a busca de se eleger alguém de fora da política – revelou pelo menos duas lições. Primeiramente, como apontado acima, vários dos grupos que, desde 2013, clamavam contra os políticos e a corrupção, exigiam o fim dos privilégios e a revisão do sistema de representação nacional, estes mesmos grupos

apresentaram e deram sustentação a vários candidatos. Diversos líderes dos movimentos ditos “antipolíticos” agora estão eleitos para exercer mandatos políticos.

Em segundo lugar, esse fenômeno repetiu agora, nas presentes eleições, aquele a que se assistiu em 2016, quando prefeitos em várias cidades importantes do país foram eleitos com a alegação de que não são políticos. Estão agora em vias de concluir o terceiro ano de seus mandatos, cujas práticas são as mesmas de qualquer político. Alguns desses políticos têm realizado o exato oposto daquilo que clamavam em seus discursos eleitorais.

Teria, finalmente, se manifestado a grande parte silenciosa da população brasileira?

Durante o período eleitoral, conviveram dois raciocínios contrários que, embora sejam igualmente falhos, são complementares: a pretensão de encontrar salvadores da pátria e a demonização de algum candidato que, supostamente, seria a encarnação de todos os males. Tanto uma como outra perspectiva parecem deixar despercebido o fato de que, primeiro, as condições favoráveis ou desfavoráveis a um candidato são maiores do que sua própria pessoa.

A conjuntura tende a favorecer um candidato que seja capaz de dar voz ao discurso mais palatável para a maioria do eleitorado. Tende a se eleger aquele que personificar melhor os desejos, conscientes ou não, daqueles dispostos a comparecer diante das urnas e de dar efetivamente seu voto a alguém. Dificilmente a virtude ou o malefício de um candidato se deve exclusivamente a suas características pessoais. Parece mais razoável percebê-lo como resultante do espírito de uma sociedade em dado momento.

É quase consenso entre os analistas, por exemplo, que a vitória alcançada pelo presidente-eleito Jair Bolsonaro (PSL) não pode ser compreendida apenas como mérito pessoal seu. Tampouco se deveria à distinção de seu programa de governo. Várias análises ao longo dos anos levam a supor que, comumente, os eleitores possuem informações muito vagas sobre os planos de governos dos candidatos que escolhe. Notadamente restam

também os numerosos casos em que, mesmo querendo conhecer tais planos, o eleitor esbarraria na inconsistência dos planos de governo.

Mesmo aguardando a realização de estudos sociológicos sobre o fenômeno das últimas eleições nacionais, já há quem considere hipoteticamente que o êxito eleitoral de Bolsonaro pode ser atribuído ao fato de ele haver incorporado o discurso de uma grande maioria da população brasileira que – mesmo nas jornadas de 2013 – permanecera silenciosa.

Essa maioria tem formas peculiares de perceber a realidade que raramente se explicitam publicamente, mas que persistem como um senso comum dominante na sociedade brasileira. Esse modo de lidar com a realidade é composto de crenças e ideias nem sempre claramente definidas e é portador de muitas contradições que dificilmente são enfrentadas. Ao mobilizar e representar essa visão de mundo, o referido candidato foi ganhando força.

Ainda quando se contavam às centenas de milhares as pessoas que compareciam às manifestações, milhões de outras pessoas estavam em suas casas por não atribuírem importância ao tema (ou aos temas) nelas propostos; ou por discordarem do uso da manifestação nas ruas como meio de verbalização, ainda que concordassem com o debate dos temas que ali afloraram; ou por discordarem da forma adotada especificamente naquelas

manifestações; ou por concordarem que os temas eram relevantes, mas não julgarem importante ou simplesmente não desejarem tomar parte pessoalmente em manifestações.

No caso brasileiro, constata-se uma espécie de conservadorismo mais ou menos difuso, em razão do qual boa parte dos cidadãos não se manifesta publicamente. Contudo, isso não significa que tais pessoas, alheias, não tenham posicionamento político e ideológico.

De acordo com essa perspectiva de interpretação, tal parte silenciosa do eleitorado teria finalmente encontrado voz em candidatos que se mostraram capazes de expressar seus anseios políticos e sociais reprimidos. Nesse sentido, talvez se possa identificar um ingrediente comum entre, de um lado, a diversidade de demandas presente nas manifestações de 2013 e, de outro, a emergência da chamada “terceira via” na eleição para governador em Minas Gerais e a projeção que alçou à vitória o presidente-eleito Jair Bolsonaro (PSL). Nos três casos encontra-se a expressão de uma insatisfação difusa com a ordem social, política e econômica atual, sendo que os dois últimos oferecem soluções tópicas para problemas sabidamente mais complexos do que os dois candidatos se mostraram aptos a reconhecer.

Esse argumento, no entanto, encontra questionamentos. Há quem afirme que, embora o novo presidente tenha sido eleito com mais de 57 milhões de votos, isso representaria apenas uma parte menor do eleitorado. Somados, os votos de seu opositor (superando os 47 milhões), os votos nulos, brancos e abstenções que ultrapassam os 42 milhões. Quem faz esse raciocínio considera que pouco mais de um terço do eleitorado se dispôs a votar no candidato vencedor e que, portanto, não se poderia dizer que toda a população tem identidade ideológica com o novo presidente. Se é verdade que nada disso conta no resultado eleitoral, também é preciso considerar que esse dado modifica as projeções que se possam fazer, nos próximos meses, sobre o apoio popular ao novo governo e seus projetos.

Para compreender o histórico índice de abstenção existente no segundo turno, talvez seja relevante considerar o jogo de desinformação e contrainformação praticado pela mídia empresarial brasileira nos últimos anos. Esse ator pode ter de-

sempenhado um papel significativo na constituição da efervescência social que conduziu ao atual resultado eleitoral, inclusive fomentando a indiferença e o desprezo pela política. Contudo, parece difícil supor que a mídia tenha sido capaz de produzi-lo por si só. Soa bem mais plausível supor, hipoteticamente, que até mesmo o perigoso jogo praticado pela mídia corporativa – que levou a democracia brasileira ao perigoso exercício de equilíbrio à beira do autoritarismo – só pôde funcionar por haver encontrado ressonância nessa maioria silenciosa do eleitorado.

Certa análise sociológica segue nesse sentido de reconhecer que o discurso e as práticas políticas, hoje ditas “de esquerda” – que visavam à inclusão socioeconômica de excluídos e minorias sociais – romperam um certo pacto de silêncio que há séculos dominava a sociedade brasileira. Parecem existir, no Brasil, algumas questões sensíveis: diferenças de gênero, de raça, de classe e várias outras costumam produzir um profundo mal-estar quando discutidas em público. A forma como tradicionalmente o conservadorismo lida com esses pontos nevrálgicos é o silenciamento – não se discute o que é incômodo.

De acordo com tal análise sociológica que vem sendo feita ao final das recentes eleições, tal acordo social tácito teria consistido na ocultação sistemática de desigualdades estruturais que condenam mulheres, negros, homossexuais, populações indígenas e quilombola, entre tantos outros grupos tratados como “minoritários”, a uma existência subalterna. Quando essa violência efetiva (e também simbólica) passa a ser explicitada, promove-se uma profunda inquietação entre setores sociais que veem a emergência de uma nova ordem como ameaça.

As instituições sociais podem contribuir muito para que esses problemas permaneçam latentes. Embora se ouça dizer atualmente que as igrejas evangélicas representam o conservadorismo, é preciso reconhecer que diversas outras instituições sociais brasileiras são depositárias dessa cultura de se conservar emudecido o que, em dadas circunstâncias, se fosse expresso, produziria perturbação.

O incômodo gerado pela ruptura do pacto de silêncio que ocorreu nas últimas décadas encontra voz agora em candidatos que prometem recolocar tudo (e todos) no seu “devido” lugar. Esse discurso

tem um papel de reestabelecer as certezas que haviam sido ameaçadas pelos novos discursos dos segmentos sociais minoritários. Ele é aceito pelos mais conservadores como um refrigerio, mesmo que represente (ou, quem sabe, exatamente por representar) a manutenção do *status quo*, isto é, a manutenção dos ricos em sua riqueza e a condenação dos pobres a se perpetuarem em sua pobreza.

O conservadorismo aparece revestido de mecanismos irracionais. Incapaz de lidar com a complexidade dos fatos, as pontas que lhe escapam

produzem medo. Para evitá-lo, apagam-se as contradições, como já se discutiu parcialmente em seções anteriores deste texto. Ao invés de rever sua própria tentativa de explicação da realidade e buscar aprimorá-la para compreender o real com maior competência, entra-se numa espiral de negação da própria realidade. O incômodo diante daquilo que é diferente para um sujeito e que, para ele, permanece inexplicado, transforma-se em medo do que lhe parece estranho.

Uma renovação para manter tudo como sempre foi

O tom da cobertura das eleições feita pela grande mídia é oscilante. De um lado, constata-se uma euforia ao celebrar aquilo que vem sendo considerado por alguns como “a maior renovação” parlamentar da história recente. Contudo, paira igualmente a melancólica penumbra causada pela percepção de que o novo Congresso Nacional terá um perfil ainda mais conservador do que o atual. Uma comparação entre a Câmara dos deputados eleita em 2018 e aquela cujo mandato se encerra no final de janeiro próximo mostra que, embora possa ter havido mudanças merecedoras de destaque, é maior a tendência de reforço à ação e ao discurso conservadores no Parlamento.

Na nova legislatura, haverá 77 mulheres (na atual, eram 51). Esse número representa um incremento de 50%. No entanto, mal se esconde o fato de que as mulheres ocupam apenas cerca de 15% das vagas e de que o Brasil está muito longe de alcançar a igualdade de gênero em matéria de representação política. Nesse quesito, o Parlamento brasileiro continua entre os piores colocados no *ranking* que considera os países democráticos de acordo com seu índice de representação feminina.

Do ponto de vista da atuação das mulheres na política, a situação do Legislativo em Minas Gerais chega a ser pior do que o verificado no plano nacional. O número de deputadas estaduais mineiras aumentou percentualmente, passando de 6 representantes para 10. Na prática, esses números deixam a taxa de representação de mulheres na Assembleia Legislativa (12,98%) abaixo dos 15% alcançados na Câmara dos Deputados.

Na Câmara Federal, a média de idade dos deputados recém-eleitos (49,4 anos) é levemente inferior àquela verificada na atual legislatura (50,9 anos). Na Câmara atual havia 180 parlamentares com mais de 50 anos de idade; na composição do próximo Parlamento, esse número será reduzido à metade (96 eleitos). Também o número daqueles que se declararam negros, pardos, indígenas ou amarelos passou de 103 para 128.

Na grande mídia não faltaram interpretações de números como esses citados aqui para intuir uma melhora na representatividade dos parlamentares no que diz respeito a gênero, raça e geração. Analistas inferiram a partir disso que o Congresso será “mais representativo da sociedade brasileira”. Segundo dizem, houve uma “renovação recorde”, que é interpretada como resultante de uma suposta “reação do eleitorado à turbulência política dos últimos anos”.

O discurso celebrativo da “renovação recorde” considera quase sempre o aspecto quantitativo. De fato, na Câmara dos Deputados foram eleitos 70 parlamentares que ainda não haviam ocupado o cargo de deputado. Comparado ao Parlamento eleito em 2014, isso representa um aumento de 25% de “renovação”. O limite dessa análise quantitativa é desconsiderar, por exemplo, o fato de que vários deputados foram eleitos por serem depositários de um certo patrimônio político. Diversos são os casos em que o novo deputado foi eleito por ser parentes (filho, neto, cunhado etc.) de políticos muito conhecidos. Também fica fora de alcance do critério quantitativo os políticos que já

tem uma carreira (às vezes bem longa) no exercício de outros cargos políticos, eletivos ou não. Tudo isso torna muito relativa a ideia de “renovação” com que, frequentemente, analistas da grande mídia tem lidado.

O problema se torna ainda mais evidente quando se faz uma análise mais minuciosa no perfil dos eleitos. Vários obtiveram a vitória eleitoral apenas por sua visibilidade na televisão, no rádio ou em outros órgãos da grande mídia. Caracterizam-se, em alguns casos, por expressarem discursos típicos de senso comum, notadamente no campo da criminalização da política ou do revanchismo e do punitivismo como políticas de segurança pública. Aliás, a concepção autoritária de segurança pública foi muito reforçada, com a eleição de vários candidatos em seu favor.

Outros candidatos se beneficiaram de sua atuação como líderes religiosos para angariar votos. Embora a legislação vede a campanha em templos e agremiações, trata-se de uma atividade irregular dificilmente controlável pela Justiça Eleitoral, a menos que haja denúncias específicas.

No final de outubro, a Frente Parlamentar Evangélica lançou um “manifesto” com os eixos e princípios da atuação dos deputados federais eleitos por esse segmento. Os quatro eixos são: a modernização do Estado; segurança jurídica; segurança fiscal; e revolução na educação. Embora ostente um discurso de renovação da política para todos os brasileiros, na prática o documento não chega a detalhar como, exatamente, se farão as mudanças que ali se propõem. Constitui-se como uma espécie de carta de intenções. No entanto, estão suficientemente claros seu caráter como plataforma política de cunho liberal, assim como sua intenção de promover e impor os valores de seu segmento como política universal.

A eleição de boa parte da nova Câmara Federal se deu em meio ao crescimento eleitoral do presidente-eleito Jair Bolsonaro (PSL) e se viabilizou graças ao discurso que atribui a um só partido, o PT, a responsabilidade pelos problemas nacionais. Muitos desses candidatos e seus partidos venceram as eleições apresentando-se como “o novo”; como se, supostamente, eles não tivessem participado e, eventualmente, até se beneficiado do mesmo sistema. Paradoxalmente, tais candidatos

exibem imagem de “não políticos” ou de “antipolíticos”.

Comumente, reduz-se a política à participação institucional nas estruturas de poderes públicos. Numa visão excessivamente limitada do que vem a ser a política, construiu-se a ilusão de que para mudar a política, basta eleger alguém “de fora” do meio político. Como não traria qualquer benefício eleitoral, ao longo da campanha raramente se explicitou o fato de que o eleito, seja ele quem for, já traz um viés ideológico decorrente de seu lugar social, de seu perfil econômico, dos compromissos que foi fazendo no caminho até chegar à vitória eleitoral.

Justamente por considerar essas contingências em meio às quais emergem os novos eleitos que parte dos estudiosos da política tem designado esse fenômeno eleitoral como uma “renovação conservadora”. Outros têm preferido falar em uma “onda de direita”, por identificar pontos comuns no discurso desses “novos” políticos, tal como a defesa dos interesses do capital em prejuízo aos direitos dos trabalhadores.

Por causa desse viés, ao mesmo tempo econômico e ideológico, os deputados portadores desse variado perfil descrito nos parágrafos precedentes reproduzem um mesmo tipo de prática parlamentar, tal como se tem visto nos últimos anos. Pregam a realização de cortes em políticas sociais, ao mesmo tempo em que são escassas suas propostas que vislumbrem para a contenção dos agentes econômicos. Em outras palavras, propõem a redução do Estado e sua presença em favor dos mais pobres, ao mesmo tempo em que beneficiam os mais ricos, quer pela adoção de políticas públicas quer pela inexistência delas.

Prevalece a preocupação com a regulação do comportamento e a pretensão de se universalizarem os valores morais – notadamente no campo sexual e das relações de gênero –, impostos como regra para a totalidade da população. Além disso, tais políticos supõem a existência de inimigos a serem combatidos, tais como o feminismo, os movimentos populares e o “comunismo”, mesmo não havendo, no que diz respeito a este último, qualquer base empírica para supor que paire sobre o Brasil qualquer ameaça dessa natureza. O diferente é transformado em inimigo a ser desqualificado e, em alguns casos, a ser eliminado.

Desempenho dos partidos políticos nas eleições

Outro aspecto a ser considerado após as eleições de 2018 é uma relativa redução dos três partidos que, desde a redemocratização da década de 1980, vinham dominando o cenário político no Brasil. Tomando como referência a eleição passada, o MDB recebeu uma votação 55,4% inferior àquela obtida em 2014. Também o PSDB amargou uma queda (44,5%) e o PT teve uma redução de 38%. Essas legendas dominaram o cenário político, oscilando sua prevalência nos diversos cenários do poder ao longo das últimas décadas. Agora, há sinais de que uma conjuntura diversa pode estar começando.

Vários fatores são apontados para explicar a redução nas bancadas federais dos partidos mencionados. Alguns alegam que a população teria reagido aos sucessivos escândalos de corrupção e à Operação Lava Jato. Segundo tal perspectiva, o eleitor teria punido os partidos que fazem parte do “mecanismo” de corrupção que, há décadas, estaria sustentando financeiramente os partidos políticos. Infere-se daí – segundo dizem –, que as eleições teriam encampado uma “onda antissistema”. Também existe o argumento de que, em relação ao MDB e ao PSDB, o eleitorado teria punido os políticos identificados com o “golpe” pelo qual se fez o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) em 2016. Entretanto, ambas as interpretações vêm se mostrando bastante discutíveis.

São muitas as críticas feitas ao tom celebrativo que uma parcela dos analistas tem adotado ao avaliar os resultados eleitorais. A leitura que enxerga renovação política no Parlamento que saiu das urnas em 2018 não parece sustentável se se considera que o decréscimo do MDB e do PSDB representou apenas a dispersão dos votos entre partidos menores, mas com perfil ideológico semelhante àquele, até então, empunhado pelos dois maiores partidos reconhecidos como situação (MDB e PSDB) durante o Governo Temer. Embora possa haver distinções importantes entre a “centro-direita” e a “extrema direita”, concretamente, no Brasil, ambos os segmentos defendem o liberalismo econômico sem guardar diferenças muito significativas entre si.

Por essa razão e por todos os motivos elencados na seção anterior, se a intenção dos eleitores era posicionar-se contra o sistema político brasileiro, parece que eles fracassaram em seu intento. Não se veem, neste momento, motivos claros que permitam supor, com alguma razoabilidade, que essas legendas que se encontram em ascensão possam representar uma efetiva mudança nas práticas tradicionais da política no Brasil.

Do ponto de vista econômico, esses partidos “novos” não dão sinais de defender pontos de vista diferentes daquele que já é hegemônico hoje. Se é verdade que as propostas liberais podem ser de interesse dos eleitores mais ricos, não parece plausível supor que elas possam representar um bem para aqueles de classe média ou para os mais pobres.

O apoio ao novo governo federal encontrava-se em negociação no momento em que esta edição de *Contextus* estava sendo finalizada. Nos primeiros dias de novembro, constava que o governo Bolsonaro já contava com 256 deputados federais, de 11 partidos, em sua base de apoio. Manifestaram-se como oposição 7 partidos, com 140 deputados. Outros 117 parlamentares, de 12 legendas, ainda não haviam se definido (entre eles o MDB e o PSDB). Esses números apontam a possibilidade de que o novo governo poderá alcançar facilmente uma maioria.

Todas as análises feitas nesta seção e nas anteriores podem ser aplicadas sem muitas ressalvas ao quadro que se formou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Foram 31 parlamentares eleitos pela primeira vez para o cargo de deputado estadual. Do ponto de vista meramente quantitativo, isso representa 40,25% de renovação. Isso não concorre com o fato de que, dentre os parlamentares que buscavam reeleger-se, 73% foram reconduzidos.

Em Minas Gerais, se o poder já era estilizado – na legislatura atual havia 19 partidos na Casa –, na próxima legislatura essa característica será ainda mais forte: o poder estará nas mãos de 28 legendas. O estreante com mais cadeiras é o PSL, acompanhando, portanto, a ascensão do novo presidente da República. O MDB perdeu metade

das vagas, passando de 14 para 7 deputados. O PT elegeu dois parlamentares a mais, chegando agora a 10 deputados. O PSDB perdeu dois deputados e,

empatado com o MDB, possui uma bancada de 7 parlamentares.

Poder econômico e perfil do político consagrado nas urnas

Ao contrário de uma efetiva renovação política, tem-se a impressão de que os principais vícios da política tradicional podem ter sido premiados e consagrados pelo voto: o clientelismo, o populismo e – o mais importante deles – o poder econômico como fator que determina o sucesso eleitoral de muitos candidatos. O fato de que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha proibido, desde 2015, o financiamento de campanha por empresas representou uma mudança importante nas regras do jogo eleitoral. Os dados de 2018 ainda não foram consolidados, mas, tomando-se como referência o pleito de 2014 (quando também se elegeram presidente, governadores, deputados e senadores), o dinheiro disponível para gastos eleitorais pode ter sido reduzido em até 75%.

No entanto, o julgamento que considerou inconstitucionais as doações feitas por pessoas jurídicas não eliminou todas as distorções no sistema eleitoral nacional. Ao que parece, as práticas de caixa dois continuam por meio de formas aperfeiçoadas de se driblar a lei. O uso das redes sociais pode ter sido uma dessas formas de manipulação das contas de campanha, tal como discutido na seção seguinte.

Em se desconsiderando o contorcionismo legal envolvido na omissão de doações de campanha feitas de forma indireta, os números sugerem ter havido uma redução nos gastos de campanha proporcionado pelo uso das redes sociais. O presidente-eleito declara oficialmente haver gasto R\$ 2,5 milhões. Enquanto o seu oponente do segundo turno declarou R\$ 53,3 milhões. Na eleição anterior, de 2014, a candidata vitoriosa declarou haver gasto mais de R\$ 300 milhões.

Também o investimento necessário para se elegerem parlamentares parece ter sido menor neste ano. Na imprensa chegou a ser publicado, após o primeiro turno eleitoral deste ano, que o deputado federal que foi eleito com o maior número de votos declarou haver gasto R\$ 200 mil; comparativamente, esse valor, em 2014, foi de R\$ 1,9 milhão.

Em face disso, alguns analistas vêm dizendo que o dinheiro não teria sido tão definidor assim no resultado eleitoral. Dão como exemplo o caso do próprio presidente Bolsonaro que pertencia a um partido muito pequeno e que não dispunha do mesmo montante que outros adversários seus, como o Geraldo Alckmin (PSDB) ou Henrique Meirelles (MDB). Notícias da imprensa informam que este último teria financiado sua própria campanha com R\$ 45 milhões, mas isso não foi capaz de lhe garantir uma votação expressiva.

Há quem considere promissor o seguinte fato. Em 2014, dos cem candidatos a deputados federais capazes de arrecadar mais dinheiro, noventa foram eleitos. Já em 2018, no grupo dos cem maiores arrecadadores, 58 conseguiram se eleger. Disso se infere uma redução no custo de campanha e – supõe-se – isso poderia aumentar as chances de candidatos com menor poder econômico.

Na prática, porém, parece apressado considerar tal fenômeno como um avanço, quando se leva em conta que quase a metade da nova Câmara dos Deputados é composta por parlamentares milionários. Dos 513 eleitos, 241 declararam ter um patrimônio superior a R\$ 1 milhão. Se é verdade que outros fatores podem ter atuado nesta eleição de modo a interferir nos resultados, tampouco parece razoável desconsiderar que a disponibilidade de dinheiro ainda é fator determinante. Os dados disponíveis neste momento pós-eleitoral não se mostram suficientes para reconhecer uma efetiva mudança no campo das relações entre política e poderio econômico. Ao contrário, suscitam questões que conduzem à direção oposta.

No entanto, talvez o argumento de quem supõe a diminuição da influência do poder econômico tenha ficado muito fragilizado em razão da suposta campanha irregular de que alguns candidatos e seus partidos possam ter feito uso. Até o momento, o TSE não se manifestou de forma clara, oferecendo apuração exaustiva nem tam-

pouco deu mostras de disposição para punir, à altura de sua gravidade, o crime que tiver sido cometido.

Existem, ainda, outros entraves a serem enfrentadas pela Justiça Eleitoral. A título de exemplo, vale citar que a forma de canalizar internamente os recursos partidários (públicos) pode ter desempenhado um papel relevante para beneficiar a um ou outro candidato. A legislação eleitoral não estabelece regras específicas para determinar o modo como cada partido distribui os recursos entre as diversas candidaturas. Assistiu-se, em razão disso, à adoção de critérios pragmáticos, baseados na avaliação (pouco objetiva) de maior viabilidade eleitoral de um candidato frente a outro. Mesmo durante a campanha, analistas na imprensa já diziam que a destinação do dinheiro estava privilegiando políticos em busca de reeleição ou de lideranças regionais, supostamente mais viáveis eleitoralmente.

A aplicação de 30% dos recursos ao financiamento de candidaturas de mulheres está entre as

raras exigências impostas pela lei quanto ao uso do fundo público destinado à distribuição de recursos internamente pelos partidos. Mesmo nesse caso, reportagens deram conta de que certos partidos privilegiaram a aplicação dos recursos em favor de mulheres candidatas que têm algum parentesco com lideranças partidárias importantes (filhas, netas e esposas de políticos tradicionais).

Por fim, após o fechamento às contribuições eleitorais por empresa a possibilidade ilimitada de autofinanciamento se evidenciou como um problema a ser enfrentado, se se quiser tornar a corrida eleitoral mais equitativa e democrática. Como já dito acima, uma maneira de os partidos políticos tratarem de resolver a redução do dinheiro disponível foi a indicação de candidatos já conhecidos ou que pudessem financiar a campanha com recursos do próprio bolso. Entre outras consequências disso, destaca-se que candidatos em busca de reeleição foram privilegiados em relação a outros, iniciantes na política.

Redes sociais e disseminação de notícias fraudulentas na campanha eleitoral

Durante a campanha do segundo turno eleitoral, tornou-se notória uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo* que acusou a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) de haver se servido de financiamento de empresas que teriam pago pela distribuição de propaganda via *WhatsApp*. O aporte de numerosas empresas estaria na casa dos milhões de reais – um dinheiro que estaria sustentando a campanha sem figurar nas contas oficiais.

A coordenação de campanha e o próprio candidato afirmaram não ter qualquer conhecimento da prática e que não haveria como controlar empresários que voluntariamente contribuíssem com sua campanha. Embora o Superior Tribunal Eleitoral (TSE) tenha sido acionado pela candidatura adversária, a Justiça Eleitoral não apresentou soluções para contornar esse fenômeno e os potenciais danos que ele pode implicar à paridade de condições, necessária a uma eleição efetivamente democrática.

A matéria publicada na *Folha de São Paulo* não é a única que trata do uso das redes sociais em

campanha política. Em particular na imprensa internacional multiplicam-se os artigos que consideram que o uso das redes sociais foi preponderante na campanha do presidente-eleito. Além disso, três diferentes agências de checagem constataram que das 123 notícias falsas mais difundidas durante a campanha eleitoral, 104 causavam danos à imagem do candidato Fernando Haddad (PT) e, conseqüentemente, beneficiavam o candidato vitorioso.

Longe de ser um problema exclusivamente brasileiro, esse mesmo fenômeno vem afetando eleições em diversas partes do mundo ocidental. O uso de mentiras como tática para enganar o eleitor e debilitar o adversário não representa uma novidade em disputas políticas, eleitorais ou não. Porém, as tecnologias digitais potencializaram o alcance e o efeito danoso da mentira e da falsidade. Esse fenômeno já constitui um dos principais desafios para a manutenção da democracia como regime político.

Além disso, diversos estudiosos concordam ao afirmarem que as tecnologias digitais de informação e de comunicação superaram a eficácia antes reservada às mídias tradicionais, em particular à televisão. Nesse sentido, o território das mídias

sociais continua sendo uma espécie de terra sem lei e põe em xeque a capacidade da Justiça Eleitoral para controlar seus efeitos.

A imprensa internacional e a imprensa brasileira na cobertura das eleições

A cobertura que a mídia internacional fez do processo eleitoral e segue fazendo durante a composição do novo governo se distinguiu fortemente do acompanhamento apresentado pela imprensa brasileira.

Enquanto o jornalismo de fora do país enxergava a ameaça de uma ruptura no regime democrático com a emergência de projetos ditatoriais, o jornalismo brasileiro tratou de apresentar os candidatos à Presidência da República como se fossem todos aspirantes do mesmo plano democrático, distinguindo-se apenas por estarem em campos opostos desse mesmo plano. Apenas nesse sentido, Jair Bolsonaro (PSL) representaria uma “extrema direita”, ao passo que Fernando Haddad (PT) seria a “extrema esquerda”.

O uso dessas duas expressões, porém, aparece na imprensa nacional de forma mitigada. Ao contrário, em importantes e tradicionais órgãos de imprensa do mundo ocidental (Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália), mesmo sendo alguns deles assumidos porta-vozes do capitalismo liberal e de mercado, predominou a leitura de que a candidatura do PSL representava, para o Brasil, o retrocesso do discurso militarista, típico das décadas de 1960 e 1970.

Enxergavam como evidência desse caráter as declarações feitas pelo principal candidato desse campo – e de diversos outros que orbitavam em torno dele – nas quais se defendiam violações dos direitos humanos como política de segurança pública. Outros artigos questionavam o fato de que esse campo deu sinais explícitos de que não pretende respeitar os direitos das minorias (no sentido social e político do termo), sejam os indígenas, os quilombolas, os homossexuais, as mulheres.

Também ganharam visibilidade lá fora a negação da própria história. Tais políticos vêm disputando a interpretação sobre a ditadura militar

(1964 – 1985). Negando que tenha sido uma “ditadura” – e sim, um “movimento”, como declarou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli. Repercutiu também a afirmação do atual presidente-eleito, quando ainda era deputado federal, segundo a qual o erro da ditadura foi apenas torturar, ao invés de matar.

É importante lembrar que Jair Bolsonaro não é o único – embora o mais proeminente – a sustentar esse discurso. Sua fala é representativa de um conjunto de políticos que vêm assumindo a mesma postura. Note-se, por exemplo, que três candidatos a governadores que disputavam o segundo turno no Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) juntaram-se a essas fileiras conservadoras, seja por compartilhar dos mesmos pontos de vista, seja para tirar proveito da afluência eleitoral que beneficiava os que estavam defendendo semelhantes pontos de vista.

Em face desse tipo de discurso e do próprio histórico recente da política no Brasil, a mídia internacional considerou que, dado o resultado do segundo turno, o país estava abandonando os valores civilizatórios do mundo ocidental. No primeiro dia após a apuração das urnas, o portal alemão *Deutsche Welle* constatava que o Brasil estava se afundando nas trevas (“*Brasilien versinkt in der Finsternis*”).

Por sua vez, a imprensa corporativa brasileira continuou, até que fosse tarde demais, o mesmo jogo que vinha sendo feito há anos: o combate ao “risco” que, segundo o discurso dominante, estava representado pelo petismo. A crítica à corrupção é eleita como o motivo agregador de uma cobertura enviesada para identificar em um inimigo único a responsabilidade por todos os males do país. Não se trata de negar erros graves cometidos pelos governos petistas, mas de analisá-los dentro do contexto mais amplo do modo como se fez (e se faz) política no Brasil há muitas décadas.

Se o contexto não justifica, pelo menos poderia ajudar a perceber que o problema é mais profundo e mais arraigado do que aparece na análise parcial oferecida pela mídia hegemônica. Tal olhar poderia suscitar a aspiração por uma efetiva reforma política, ao invés da distorção, já analisada neste documento, que o discurso de renovação em vigor tende a representar.

Estabeleceu-se na mídia nativa a “verdade” única. Predominou nos meios de comunicação de massa uma mesma pauta, abordada sempre sob os mesmos enfoques, com escassa abertura para mostrar outros pontos de vista, para dar visibilidade ao contraditório ou para explorar o contexto mais amplo em que se insere uma dada notícia.

Dois movimentos se estabeleceram contraditória e complementarmente. Por um lado, prevaleceu um modelo mental que polariza, de forma dual, a direita e a esquerda, como se fosse possível separar de maneira inequívoca o bem e o mal. Profundamente relacionado a essa primeira atitude

avoluma-se outra: a antipolítica. A cobertura midiática contribuiu enormemente para revigorar a percepção de senso comum segundo a qual nenhum político presta ou que todos os políticos seriam igualmente corruptos.

O comprometimento da mídia brasileira corporativa encontra, a partir de agora, um ponto de inflexão. Em se fortalecendo uma prática de governo antidemocrática, a própria liberdade de expressão e de imprensa pode estar ameaçada. O uso das redes sociais como forma de comunicação do governante com a população já vem sendo aplicado pelo presidente americano Donald Trump. Isso se faz acompanhar do combate efetivo aos jornais e aos canais de televisão daquele país, em especial àqueles que se recusam a se tornar meros porta-vozes acríticos do governo. Quem quer que apresente críticas ao governo é acusado de produzir *Fake News*. A primeira semana do novo presidente brasileiro já deixa no ar os sinais de que um modelo semelhante pode ser adotado aqui.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves